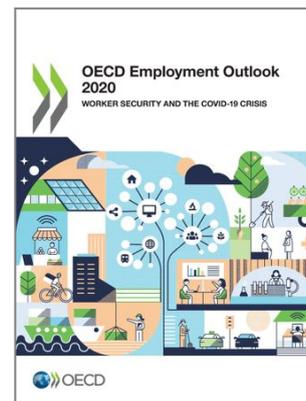


OECD *Multilingual Summaries*  
OECD Employment Outlook 2020  
Worker Security and the COVID-19 Crisis

*Summary in Portuguese*



Leia todo o livro em: 10.1787/1686c758-en

---

Perspetivas de emprego da OCDE para 2020  
A segurança dos trabalhadores e a crise da COVID-19

*Sumário em Português*

© OECD

**Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.**

A utilização desta obra, quer em formato digital, quer em formato impresso, rege-se pelos Termos e Condições que podem ser consultados em <http://www.oecd.org/fr/conditionsdutilisation>.

**Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.**



**Disclaimers:** <http://oe.cd/disclaimer>

# Sumário Executivo

## **O mundo está a enfrentar uma das piores crises de saúde pública e económica num século**

A pandemia mais grave num século desencadeou uma das piores crises económicas desde a Grande Depressão. Os países reagiram com políticas de confinamento e mitigação, muitas vezes rigorosas, que limitaram efetivamente a propagação do vírus e evitaram o colapso dos sistemas de cuidados de saúde e, sobretudo, limitaram o número de vítimas mortais. Contudo, a combinação de uma grande incerteza, do receio de infeção, de restrições individuais no cumprimento das orientações públicas e dos confinamentos obrigatórios provocou imediatamente uma contração acentuada da atividade económica. Nos primeiros meses da crise, os novos pedidos de subsídio de desemprego dispararam em muitos países e as projeções sugerem que, na área da OCDE, a taxa de desemprego será muito superior à do auge da crise financeira mundial. Mas a dimensão do choque no mercado de trabalho é muito maior: apesar de uma mudança maciça para o teletrabalho, em todos os países o número de pessoas que trabalham efetivamente entrou em colapso, uma vez que as empresas congelaram as contratações e suspenderam parte dos seus trabalhadores através de regimes de manutenção do emprego subsidiados. Os dados disponíveis sugerem também que os grupos vulneráveis – trabalhadores pouco qualificados, jovens e migrantes – assim como as mulheres estão a enfrentar as consequências mais pesadas da crise.

## **O mercado de trabalho e a resposta da política social não têm precedentes**

Os países da OCDE tomaram medidas maciças para melhorar e aumentar o acesso à baixa por doença e o apoio ao rendimento no desemprego, bem como os programas de manutenção do emprego, cuja aceitação não tem precedentes em muitos países. Estas respostas políticas visaram conter os danos e apoiar os trabalhadores e as empresas, assim como evitar a destruição de atividades e competências viáveis, preparando, por conseguinte, a recuperação. Muitos países também tomaram medidas para facilitar uma transição maciça para o teletrabalho aos trabalhadores que não têm de estar fisicamente presentes no seu local de trabalho. Manter os trabalhadores seguros à medida que a economia reabre e assegurar uma proteção adequada dos rendimentos e o apoio ao emprego numa crise que pode ainda não ter passado devem continuar a constituir uma prioridade. Porém, à medida que a atividade económica retoma, a política deve acompanhar a recuperação, procurando o equilíbrio adequado entre a prestação de apoio contínuo aos trabalhadores, às famílias e às empresas que continuam a ser afetadas por restrições persistentes e o incentivo da atividade empresarial, bem como permitir a reestruturação necessária.

## **As regras relativas às prestações de desemprego devem ter em conta as trajetórias específicas dos trabalhadores em empregos atípicos**

Os subsídios de desemprego estão entre os principais instrumentos de proteção contra a diminuição dos rendimentos resultantes da perda do emprego. No entanto, alguns trabalhadores não cumprem os critérios para receber apoio apropriado. Mesmo que as regras em matéria de direitos sejam, em geral, idênticas para todos os trabalhadores por conta de outrem, as condições relativas à duração mínima do emprego ou aos rendimentos antes do período de desemprego são muitas vezes mais difíceis de satisfazer para aqueles que perdem um emprego a tempo parcial ou têm trajetórias de emprego que envolvem transições frequentes entre emprego e desemprego. Por conseguinte, o risco de pobreza é, com frequência, maior para os trabalhadores com empregos atípicos. Abordar a inadequação dos direitos às prestações, de modo a proporcionar uma maior segurança de rendimento às pessoas com formas de emprego atípicas pode constituir um desafio, mas estão disponíveis vários instrumentos de política para criar um conjunto de políticas que estabeleça o equilíbrio certo entre os incentivos ao trabalho e a segurança dos rendimentos dos trabalhadores dependentes com empregos atípicos.

## **A legislação em matéria de proteção do emprego é fundamental para a segurança dos trabalhadores**

Os regulamentos relativos a despedimento e contratação são fatores determinantes para a segurança do emprego, da carreira e do bem-estar das pessoas. Influenciam a medida em que as empresas têm em conta o custo social dos despedimentos e a forma como reagem aos choques tecnológicos e da procura. A OCDE atualizou e melhorou os seus indicadores pormenorizados da legislação em matéria de proteção do emprego. As comparações entre países sublinham as diferenças entre os sistemas de proteção do emprego. Por exemplo, os países anglófonos têm menos restrições aos despedimentos do que muitos países da União Europeia. Esta situação coloca os trabalhadores dos países anglófonos num risco mais elevado de perda do emprego, mas também lhes confere uma maior probabilidade de encontrar um novo emprego se forem despedidos. Com vista a limitar a dualidade e a segmentação do mercado de trabalho, os países com uma proteção rigorosa dos trabalhadores com empregos regulares têm, em geral, uma legislação rigorosa em matéria de contratação de trabalhadores com contratos temporários. Vários países com regulamentos aparentemente rigorosos em matéria de despedimento reduzem o seu rigor efetivo, disponibilizando subsídios de desemprego mesmo quando o trabalhador concorda com a empresa relativamente ao despedimento. Do mesmo modo, as validações prévias impõem inicialmente maiores obstáculos aos despedimentos, mas podem servir para evitar litígios posteriores.

## **A polarização do emprego deve-se principalmente a um menor número de trabalhadores mais jovens aceder a empregos de nível de competências intermédias do que os trabalhadores mais velhos que os deixam**

Contrariamente às perceções comuns, a diminuição da percentagem de empregos de nível de competências intermédias deve-se, em primeiro lugar, a um menor número de trabalhadores mais jovens a aceder a profissões de nível de competências intermédias do que os trabalhadores a meio da carreira que estão a ser deslocados e a abandonar o mercado de trabalho. Desde a década de 1990 que é cada vez menos provável que grupos sucessivos de jovens trabalhadores entrem no mercado de trabalho em empregos de nível de competências intermédias – por ex., condutores de camiões e operadores de máquinas no caso dos homens, caixas e secretárias no das mulheres. Entretanto, as trajetórias do mercado de trabalho dos grupos mais velhos após a entrada no mercado de trabalho permaneceram globalmente inalteradas. Estes padrões de carreira dos grupos mais jovens podem explicar-se, em parte,

pela alteração da educação e pela composição demográfica dos grupos. É agora menos provável que os indivíduos que, em tempos, teriam sido considerados como trabalhadores de competências intermédias “típicos” trabalhem em empregos de nível de competências intermédias e é mais provável que encontrem empregos de baixas qualificações. Esta tendência foi identificada no caso de trabalhadores com um grau de educação médio.

### **Os graduados do ensino e formação profissionais apresentam bons resultados no mercado de trabalho no início da sua carreira, mas os desafios estão à vista**

Muitos programas de ensino e formação profissionais (EFP) organizados no ensino secundário ou no ensino pós-secundário não superior preparam os estudantes para empregos de nível de competências intermédias que foram expostos a mudanças estruturais e enfrentam um risco significativo de automatização. Apesar destes desafios, os graduados do EFP têm normalmente taxas de emprego mais elevadas e melhores condições de trabalho nos primeiros anos após a obtenção dos diplomas do que os seus pares do ensino geral. Para garantir que o EFP continua a ter um impacto positivo nos resultados dos estudantes no mercado de trabalho num mundo do trabalho em mutação, os sistemas de EFP precisam de se adaptar à procura de competências em rápida evolução. É fundamental uma cooperação estreita com os parceiros sociais, bem como o investimento em competências transversais nos programas de EFP e o desenvolvimento de percursos suaves entre o EFP de nível intermédio e o ensino superior.